

RESENHA

**Lima, Marcos Costa; Medeiros, Marcelo de
Almeida; Reis, Rossana Rocha; Villa, Rafael Duarte
(ed.) (2010) Clássicos das relações internacionais.
São Paulo: Hucitec, 379 p.**

João Henrique Catraio Monteiro Aguiar¹

O livro resenhado dedica-se a introduzir o conhecimento sobre os autores clássicos das Relações Internacionais. Há prefácio e introdução dos autores, nos quais definem as linhas gerais e a homenagem do livro (a Gildo Marçal Brandão). O livro é composto por 15 capítulos, nos quais se aborda, em cada um, pensadores clássicos e/ou alguma teoria específica, com vias de mostrar aos leitores reflexões explicativas tradicionais das relações internacionais. Pode-se, *cum grano salis*, perceber três grandes eixos estruturantes do livro: 1. Estudos estratégicos ou realistas; 2. Estudos de integração regional e cooperação; 3. Reflexivismo. O livro é uma coletânea, escrita por acadêmicos de diversas origens. Fornece um instrumento didático para graduandos em relações internacionais; associando análise teórica e extratos originais.

O primeiro capítulo é sobre Maquiavel. Nele, Ingrid Sarti analisa a vida e obra do mesmo. Ela examinará as ideias de fortuna e virtú. Em seguida, irá demonstrar quais, para o pensador florentino, deveriam ser as características do príncipe. Demonstra também, em Maquiavel, a fusão do realismo metodológico com a defesa de valores republicanos. Sua obra visaria a “arte possível de governar”.

Marcos Guedes de Oliveira e Erivaldo Cavalcanti apresentam as ideias de Norman Angell, que, sem defender o socialismo ou o desarmamento, será contra a guerra. Segundo os autores, para ele as guerras fariam o colapso do capital financeiro e industrial e impediriam o crescimento econômico. As guerras gerariam ilusões, como a de que o expansionismo gera riquezas. Os autores mostram que Angell defendeu o comércio e os tratados, bem como a autodeterminação dos países.

Maria Regina Soares de Lima debruça-se sobre Hans Morgenthau. De acordo com sua exposição, o autor escreve ao mesmo tempo um guia para estadistas e uma descrição objetiva da ação política, entronizando o Realismo (através dos 6 princípios). A autora destaca que o pensador internacionalista tanto analisa o contexto político quanto faz teoria. A luta por poder seria, neste caso, a tônica ontológica da política externa. A promoção do interesse nacional seria ação padrão dos Estados. Para Morgenthau, dentro do sistema anárquico, o poder pode ser limitado por: balanço de poder e acomodação.

Rossana Reis demonstra a influência da Guerra Fria e da guerra de independência da Argélia sobre o pensamento de Raymond Aron. Segundo a autora, ele será influenciado por Kant e Hobbes; assim como fará análises usando quatro componentes: teoria,

1. Mestrando de Relações Internacionais (PPGRI/UERJ). Professor de Sociologia (Colégio Pedro II).



sociologia, história e praxiologia. Para o pensador francês, o diálogo e o intercâmbio entre as nações assumem modalidades complementares: diplomacia (com o diplomata) e guerra (com o soldado). Dentro do sistema oligárquico os meios e os fins da política são indeterminados e o Estado é o ator principal.

Marco Cepik e Luiza Schneider defendem a abordagem que sugere o Neo-Realismo. Esta abordagem teria como características: ética consequencialista, agenda realista e o método científico (lakatosiano). Kenneth Waltz, seu criador, pode ter suas ideias divididas em dois momentos: 1. Análise das “imagens”; 2. Análise do sistema e da estrutura. Os autores apresentam as críticas principais ao pensador e o defendem.

Rafael Villa e Norma Breda dos Santos analisam a Escola de Copenhague (EC), cujos maiores pensadores são Barry Buzan e Olef Waever. A EC renova estudos de segurança e usa *insights* sociológicos, construtivistas e realistas. Com vistas a entendê-la, os autores irão fazer uma análise do período histórico e das idas e vindas teóricas do grupo que compõe a Escola. Suas maiores contribuições destacadas são os conceitos de Securitização, Dessecuritização, Macrossecuritização, Constelações, Complexos Regionais de Segurança, objetos referentes e ator securitizador. A EC usa diferentes níveis de análise e se dedica mais aos estudos sobre a Europa.

Se Maquiavel é um antigo clássico, Carl Clausewitz também o é. Eugenio Diniz descortina as ideias do autor sobre a guerra. Dentro das três tendências da guerra por ele assinaladas (violência, ódio e força) podem ser encontradas duas ações básicas: ataque e defesa. Ambos passam pelo fenômeno de fricção e pelo “ponto culminante” do uso de suas forças. Mesmo com especificidades variadas, como as forças móveis e imóveis e as suspensões, a guerra teria sempre um caráter político. Afinal, é a política que determinaria o uso estratégico da guerra.

José Briceño-Ruiz investiga Andrew Moravcsik, formulador do Liberalismo Intergovernamental (LI). Os Estados são, para ele, representação de um subconjunto da sociedade doméstica, e as preferências deste subconjunto viram os objetivos que o Estado persegue. O LI congrega teorias sobre economia política, barganha e regimes. A partir desses pressupostos, os meandros da integração regional são expostos.

O capítulo sobre Stephen Krasner é escrito por Ernani Carvalho. Cooperação, integração e regimes são apontados como eixos de análise do pensador. Carvalho demonstra o diálogo desse internacionalista com outros. As variáveis causais e o poder, bem como a influência destes sobre os regimes no pensamento de Krasner são analisados pelo autor.

Robert Keohane é um analista internacional de múltiplas fases, e

a tarefa de analisá-las cabe a autora Miriam Saraiva. Nos anos 1970, o autor inaugura a concepção de Interdependência Complexa e, em seguida, a de interdependência assimétrica. Nos anos 1980, sugere a base do Institucionalismo Neoliberal. Em 1990 Keohane analisa a política externa e o papel das ideias nas relações internacionais. Ele trabalha também com questões como processo de tomada de decisão, barganha, integração, instituições e governança. A autora realiza boa síntese desse autor polivalente.

Os méritos de James Rosenau são analisados por Janina Onuki. Segundo ela, o autor ressalta a importância de atores não-estatais e pessoas no sistema internacional. Suas maiores contribuições apontadas por Onuki são: análise de política externa, governança global e regimes. A autora mostra como ele irá, mesmo em um quadro de incertezas e mudanças, construir conceitos operacionais e importantes para o campo contemporâneo.

Ao longo do 12º capítulo, Marcelo Medeiros demonstra com detalhes o trabalho de Ernst B. Haas, dotado de transversalidade disciplinar. Haas aborda questões como: balança de poder, funcionalismo, nacionalismo, *spill-over* e integração regional. Segundo Medeiros, Haas inaugura o Construtivismo Pragmático, unindo uma perspectiva das Relações Internacionais a uma tradição filosófica.

João Pontes Nogueira apresenta a obra de Hedley Bull, que partiria

de uma perspectiva internacionalista-grociana e é parte fundamental da “Escola Inglesa”. Seu principal foco de análise recai sobre a ordem internacional, que contrasta, às vezes, com a justiça; e que constitui a base da sociedade internacional (que varia historicamente). O autor fornece as especificidades deste pensamento.

Andrea Hoffmann analisa a obra de Alexander Wendt, que foca a relação agente-estrutura e sua co-constituição. Para Wendt, haveria três tipos de sistema internacional e internalização de suas respectivas culturas. Ele ousa ao propor uma análise de um Estado Mundial; assim como ao analisar a relação dos alienígenas (UFOs) com a política; e ao propor uma “teoria social quântica”.

O último capítulo é sobre Robert Cox que defende uma das abordagens mais apegadas à possibilidade de transformação e de ação em prol dos excluídos pela ação do capital. Marcos Costa Lima descortina as bases de sustentação dessa abordagem. Cox faz

parte da corrente crítica, considerando as teorias ligadas ao tempo, espaço, pessoa e propósito. Ele atacará as teorias conservadoras, chamando-as de “teoria de solução de problema”. Segundo Costa Lima, ele examina as estruturas históricas e as possibilidades de novas hegemonias, bem como as forças sociais, as forças globais e as forças do Estado e sociedade civil.

A coletânea não se resume a um livro didático sobre os autores clássicos; possui um didatismo dentro dos textos ao abordar meandros específicos do campo. Em seus capítulos encontram-se explicações sobre a vida dos autores, metodologia, ontologia, teoria e evolução das relações internacionais. O livro vai além também ao prescrever leituras de forma direta e indireta, o que facilita o aprofundamento dos recém-chegados ao campo. Gildo Marçal Brandão estaria feliz pela homenagem que contempla a pluralidade científica das ciências da política internacional, incitando à exploração dos clássicos e, por vezes, a extrapolação dos limites classicamente delineados.

